



INSTRUMENTO JURÍDICO:

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ENTIDADE
ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-132.180-14-45**

O Município de Belo Horizonte, doravante denominado Município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social Marcelo Alves Mourão, este gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme delegação de competência através da Portaria SMPS nº 004, de 25 de abril de 2014, Lei Municipal nº 9.011, de 01 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 11.917, de 01 de janeiro de 2005, bem como o Decreto Municipal nº 10.710, de 29 de junho de 2001, e posteriores alterações, presentes a Secretária Municipal Adjunta Interina de Segurança Alimentar e Nutricional, Maria Ângela Girioli, o Procurador-Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, e a ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO, doravante denominada Entidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.949.099/0002-65, com sede na Rua Doutor Natalino Triginelli, Nº555, Bairro Jardim Atlântico, Belo Horizonte-MG, neste ato representada pelo seu representante legal, celebram o presente convênio mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Convênio decorrente do Edital de Chamamento Público nº 05/2014, de 27 de agosto de 2014, processo 01.078.282-14-29 será regido pelas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 07 de dezembro de 1993; 8069, de 13 de julho de 1990; 12010, de 03 de agosto de 2009; pela Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000; pelas Leis Municipais nº 7.427, de 19 de dezembro de 1997, 7099, de 27 de maio de 1996 e 8502, de 06 de março de 2003; pelo Decreto Municipal nº 10241, de 17 de maio de 2000; 11282, de 13 de março de 2003, e demais legislações aplicáveis

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a ação conjunta entre o Município e a Entidade, para Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, conforme estabelecido no Plano de Trabalho que integra este instrumento como Anexo único.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS

Os Convenientes se comprometem a convergir esforços e a utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento, obedecendo a política pública de assistência social prevista na legislação pertinente, observando os seguintes princípios:

- I) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, vedadas a discriminação de qualquer natureza e a exigência de comprovação vexatória da necessidade;
- II) acesso a benefícios e a serviços de qualidade;
- III) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia, à privacidade e à convivência familiar, comunitária e social;
- IV) precedência do atendimento à necessidade social sobre exigência de rentabilidade econômica.

I) Compete à Entidade:

- a) cumprir fielmente as metas estabelecidas pelo plano de trabalho, anexo a este instrumento;
- b) participar de atividades de treinamento ou similar promovidas pelo Município e/ou pelos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente e de Assistência Social com vistas à capacitação e atualização de seus recursos humanos;
- c) manter-se atualizada, em caráter permanente, no cadastro e habilitação jurídica das entidades conveniadas da SMAAS;
- d) Integrar ao Sistema Municipal da Assistência Social do Município conforme deliberação de Conferência;



INSTRUMENTO JURÍDICO:

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ENTIDADE
ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-132.180-14-45**

- e) observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do Município;
- f) manter a placa, que será fornecida pelo Município, indicando a existência do convênio, bem como ser o Município partícipe deste;
- g) apresentar, mensalmente, ao órgão responsável pela assistência social no Município, instrumentos específicos de acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como de aplicação dos recursos financeiros utilizados na execução de suas atividades, conforme o Manual de Orientações de Convênio e Prestação de Contas;
- h) apresentar, mensalmente, ao órgão responsável pela assistência social no Município, relatório estatístico ou controle de frequência do público atendido com recursos provenientes deste convênio, através de formulário padrão;
- h) permitir e facilitar, aos órgãos responsáveis pela assistência social no Município, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso às informações nas áreas contábil, administrativa e pedagógica, para garantir o cumprimento do objeto deste convênio, conforme plano de trabalho anexo;
- j) recrutar e selecionar recursos humanos de acordo com critérios técnicos definidos pela SMAAS, grau de instrução perfil profissional compatíveis com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento da ação prevista na cláusula segunda deste convênio e do plano de trabalho anexo;
- k) comunicar, formalmente, no prazo máximo de 30 dias, ao órgão responsável pela assistência social no Município o encerramento de suas atividades, informando o período de férias, paralisações, mudança de razão social ou de endereço e telefone, a redução ou aumento do número de vagas, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento;
- l) quando da divulgação deste convênio, na comunidade e em outros locais, comunicar a parceria com o Município;
- m) garantir a inclusão da criança/adolescente com deficiência;
- n) manter regular a situação de trabalho de todas as pessoas que, sob sua responsabilidade, prestam serviços à Entidade, obedecida a legislação em vigor;
- o) comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do presente convênio a:
 - o1) acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura de Belo Horizonte no descarregamento dos gêneros alimentícios;
 - o2) armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;
 - o3) utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - o4) controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;
 - o5) permitir e facilitar a supervisão da SMASAN quanto ao recebimento e utilização dos referidos gêneros alimentícios;
 - o6) disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;
 - o7) encaminhar à SMASAN os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas e condições de funcionamento da entidade;
 - o8) garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, conforme orientação da SMASAN;
 - o9) apresentar previamente calendário anual de atividades.

II) Compete ao Município:

- a) contribuir para a integração das entidades conveniadas do município na perspectiva de constituição de uma rede de proteção social;



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



INSTRUMENTO JURÍDICO:

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ENTIDADE
ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-132.180-14-45**

- b) envidar esforços para garantir uma formação continuada aos dirigentes e técnicos das entidades;
 - c) acompanhar, supervisionar e avaliar, mensalmente, as ações desenvolvidas pela Entidade, fornecendo à mesma relatório técnico da avaliação e supervisão num prazo máximo de 15 dias;
 - d) aprovar alterações no plano de trabalho, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica dos objetivos a serem alcançada referente a este instrumento, ouvida a Entidade;
 - e) repassar à Entidade os recursos a que se refere a cláusula quinta do presente instrumento, em conformidade com o plano de trabalho. ;
 - f) orientação nutricional adequada, de acordo com a faixa etária atendida através de supervisão e cursos de capacitação a serem oferecidos, periodicamente pela SMASAN;
- Parágrafo Único – A entidade conveniada deve garantir o padrão de qualidade das ações previstas neste convênio, possibilitando que sejam atendidas as recomendações do Município, cabendo a mesma apresentar:

I) À Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social:

- Plano anual de trabalho contendo o plano de custos, de custeio e de aplicação dos recursos públicos recebidos pelo convênio, bem como a contrapartida da entidade;
- Prestação de contas mensal, incluindo o relatório mensal de atendimento;
- Avaliação da qualidade das ações prestadas;

II) Aos usuários prestar informações sobre o padrão de qualidade e o caráter público das ações a que têm direito por força do convênio.

III) Aos órgãos públicos e à Câmara Municipal prestar esclarecimentos ou informações solicitados, com relação ao convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A Entidade é responsável pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste convênio.

Parágrafo Único - A inadimplência da Entidade, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor total a ser repassado pela PBH/SMAAS à Entidade será de R\$879.476,40 (oitocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta centavos) sendo R\$699.840,00 (seiscientos e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta reais) proveniente do ROT (Recurso Oriundo do Tesouro) e R\$179.636,40 (cento e setenta e nove mil, seiscientos e trinta e seis reais e quarenta centavos) oriundos do FNAS(Fundo Nacional de Assistência Social), constante do Plano de Trabalho aprovado pelo órgão competente da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, obedecendo ao Cronograma de Desembolso nele contido.

§ 1º - O repasse a que se refere esta cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês correspondente às ações desenvolvidas pela Entidade, observando o disposto na alínea "g" , inciso I da cláusula terceira, ressaltando os casos em que houver parcela única.

§ 2º - Os recursos financeiros repassados serão aplicados exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula segunda do presente instrumento.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



INSTRUMENTO JURÍDICO:

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ENTIDADE
ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-132.180-14-45

CLÁUSULA SEXTA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Município reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à Entidade até o saneamento das impropriedades ocorrentes quando:

I. a entidade não prestar contas de acordo com o disposto em Lei e no Manual de Orientações para Prestação de Contas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social;

II. não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local;

III. verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública e demais atos praticados na execução deste convênio, ou inadimplemento da Entidade com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

IV. a Entidade deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do Município;

V. a Entidade não se manter habilitada durante todo o período de vigência deste convênio, bem como deixar de informar qualquer modificação, supressão ou acréscimo referente à sua natureza, característica, composição ou outros fatos relevantes que possam de qualquer forma interferir no cumprimento das obrigações por ora avençadas;

§ 1º - Havendo parcelamento do recurso financeiro, a liberação da parcela subsequente ficará condicionada à aprovação de contas das parcelas anteriores.

§ 2º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidas ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 3º - O Município encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a entidade que aplicar a subvenção em fins diversos do previsto no objeto deste convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

§ 4º - Inexistindo parcelas a serem retidas, o Município aplicará o disposto nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Quando da prestação de contas dos recursos públicos aplicados neste convênio, bem como da qualidade do atendimento da entidade conveniada será exigido, mensalmente, cópia dos comprovantes das despesas incorridas, extrato bancário da conta

vinculada ao convênio e demais obrigações constantes do Manual de Orientações para Prestação de Contas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social:





INSTRUMENTO JURÍDICO:

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ENTIDADE
ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-132.180-14-45**

§ 1º - Para efeito de classificação da natureza de despesa, nos relatórios exigidos neste artigo, fica estabelecido como orientador o plano de contas contábil adotado pelo Município de Belo Horizonte.

§ 2º - Independente da forma de prestação de contas, as entidades conveniadas ficam obrigadas a manter o original da documentação comprobatória das despesas, à disposição do Município por um período de 5 (cinco) anos.

§ 3º - Informações adicionais poderão ser solicitadas a critério do Município.

CLÁUSULA OITAVA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos deste convênio, enquanto não utilizados pela Entidade, serão obrigatoriamente aplicados em Cadernetas de Poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 1º - As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 2º - A Entidade se obriga a aplicar 8% (oito por cento) do valor repassado mensalmente pela PBH/SMAAS, afim de garantir o pagamento do 13º salário dos funcionários

CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente do cumprimento do termo do presente convênio correrão à conta das dotações orçamentárias nºs 1011.0057.08.243.020.2.403.0003 3.3.50.43 F.03.00 e 1011.0057.08.243.020.2.403.0003 3.3.50.43 F.03.40 ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste convênio será de 31/10/2014 à 31/10/2016 , podendo ser prorrogado nos termos descritos no artigo 57,II, da lei 8.666/93.

§1º- Ao término de 60 (sessenta) meses, a renovação desta parceria será avaliada nos termos do artigo 16, da Lei Municipal 7.427/97 quais sejam;

- I) Preencher os requisitos legais;
- II) Manter a prestação de contas atualizada;
- III) Comprovar a qualidade no atendimento;
- IV) Tenha demanda justificada.

§ 2º – Os convênios firmados que atendam ao disposto nos incisos "I", "II" e "III" não poderão ser rescindidos sem que haja prévia discussão pelo CMAS.

§ 3º – Caso as condições do parágrafo primeiro desta cláusula não sejam preenchidas este Termo será rescindido e a entidade se compromete a devolver ao Município os saldos de recursos financeiros existentes.



[Handwritten signature]



INSTRUMENTO JURÍDICO:

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ENTIDADE
ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-132.180-14-45

§ 4º- Ao término da vigência do presente termo, a entidade deverá prestar contas, até 60 (sessenta) dias, após o repasse da última parcela constante no cronograma de desembolso do plano de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DENÚNCIA

Este convênio de cooperação mútua poderá ser rescindido quando:

- I- ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas;
- II- pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexequível;
- III- for denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante prévio aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- IV- quando a entidade não sanar as impropriedades constantes da cláusula sexta, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Município fornecerá, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional - SMASAN, gêneros alimentícios não perecíveis mensalmente e perecíveis semanalmente, necessários para a cobertura de 100% (cem por cento) das necessidades nutricionais das crianças/adolescentes atendidos pela Entidade, relativos ao período de permanência na instituição, desde que esta atenda aos requisitos da CLÁUSULA TERCEIRA, Inciso I, alínea "o", deste instrumento.

§ 1º - A SMASAN, excepcionalmente, poderá alterar o prazo de entrega de perecíveis, de semanal para quinzenal, com prévia comunicação à Entidade;

§ 2º - A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças/adolescentes atendidos, a faixa etária, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês, conforme explicitado no plano de trabalho;

§ 3º - cada conveniado receberá gêneros alimentícios de uma fonte do Município;

§ 4º - será facultado ao Município a escolha dos gêneros, de acordo com o preço e a qualidade;

§ 5º - O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças/adolescentes atendidos, durante o período de vigência deste convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Município suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à entidade até o saneamento das impropriedades ocorrentes quando:

- a) houver descumprimento das normas técnicas específicas estabelecidas e emitidas em circular pela SMASAN;
- b) for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à Entidade pelo Município;
- c) a entidade não dispuser de manipulador(es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças/adolescentes atendidos;
- d) forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, na estocagem, na manipulação e na destinação dos gêneros alimentícios fornecidos à Entidade pelo Município;
- e) a Entidade não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficientes e em bom estado de conservação, conforme disposto na CLÁUSULA TERCEIRA, Inciso I, alínea "o.6", do presente instrumento;
- f) não permitir ou dificultar o trabalho da supervisora de alimentação;



[Handwritten signatures]



INSTRUMENTO JURÍDICO:

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ENTIDADE
ASSEP- ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA PARAÍSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-132.180-14-45

- g) a Entidade não se disponibilizar a receber a qualificação da SMASAN para o monitoramento do correto desenvolvimento das atividades nutricionais;
h) houver suspensão/cancelamento ou extinção do convênio.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio no "Diário Oficial do Município" correrá por conta e ônus do Município.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO


Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio. E por estarem acordados com os termos deste convênio, as partes firmam em 03 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2014


Marcelo Alves Mourão
Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social


Rúsvel Beltrame Rocha
Procurador-Geral do Município


Hércules Guerra - BM 35.250-4
Procurador Geral Adjunto do
Município de Belo Horizonte


Maria Angela Girioli
Secretaria Municipal Adjunta Interina de Segurança Alimentar e Nutricional


Ezenete A. P. Rodrigues
Representante Legal da Entidade



PLANO DE TRABALHO

1.0 - DADOS CADASTRAIS

1.1 - Entidade: ASSEP – Associação Estância Paraíso ✓

1.2 - CNPJ: 08.949.099/0002-65 ✓

1.3 - Registro no CMAS n.º 336

1.4 - Registro no CMDCA n.º 00367/01

1.5- Dados Bancários

Banco:

Agência:

Conta:

1.6- Endereço da Sede: Rua Doutor Natalino Triginelli, 555 ✓

Bairro: Jardim Atlântico ✓

Belo Horizonte/MG

CEP: 31.710-420

Telefone: (31) 4141-1346

E-mail: financeiro@hotmail.com

1.7- Endereço de Execução do projeto: Rua Doutor Natalino Triginelli ✓

Bairro: Jardim Atlântico

Belo Horizonte/MG

CEP: 31.710-420

Telefone: (31)

Fax: (31)

1.8- Nome do Presidente ou representante legal: Ezenete Alexandrina Pereira Rodrigues

CPF: 103.342.608-33

R.G.: 15182593-2

1.9- Período de Mandato da Diretoria: 04/07/2014 a 20/05/2015

1.10- Órgão: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

1.11- Endereço: Rua Tupis, 149 Centro, Belo Horizonte, MG

1.12- CNPJ: 18.715.383/0001-40

Telefone: (31) 3277.4588

Fax: (31) 3277. 4563

1.13- Representante Legal: Marcelo Alves Mourão

2.0 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1- Serviço: Acolhimento Institucional Alta Complexidade – Proteção Especial – Abrigo para criança e adolescente – Grupo de irmãos

2.2- Período de Execução: 31/10/2014 a 31/10/2016 ✓

2.3- Objeto:

Atender até 15 crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 7 (sete) anos a 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses, exclusivamente grupo de irmãos, em situação de risco pessoal e social, do município de Belo Horizonte, sob medida de proteção em acolhimento institucional, encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público e Conselho Tutelar, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, oferecendo alimentação, cuidados de higiene e saúde, atividade lúdicas, culturais, recreativas e pedagógicas, favorecendo a sua reinserção em família de origem ou substituta, conforme especificado no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) nos seus artigos 90, inciso IV, 92 e 93.

2.4- Justificativa da Proposição:

Uma das diretrizes do Acolhimento institucional refere-se à necessidade de investir esforços para manter grupos de irmãos em uma mesma unidade de acolhimento, quando houver a medida protetiva aplicada. Neste contexto, a ASSEP – Associação Estância Paraíso coloca-se com o compromisso de fortalecer o vínculo entre os irmãos acolhidos, desenvolvendo suas aptidões e possibilidades de permanência da convivência familiar.



Ass. Marcela
meada

3.0- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

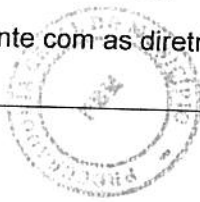
3.1-Metas	3.2- Ações	3.3- Prazos
1 - Manter e garantir condições básicas de estrutura.	1- Manter e garantir a organização, administração e funcionamento da entidade/unidade.	
	-Garantir o atendimento ininterrupto todos os dias do mês/ano.	-Permanente
	-Manter prontuários individuais em arquivo com fichas de identificação dos atendidos, documentos, dados pessoais, história de vida, informações sobre sua saúde, PIAs, Estudos de Caso e Cópias de Relatórios Circunstanciados .	-Permanente
	- Planejar, coordenar e executar suas atividades, estabelecendo uma rotina de: (I) Distribuição de tarefas, (II) controle de qualidade de serviços, (III) recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, (IV) atividades administrativas que garantam o fluxo de atividades, transparência financeira e operacional e as devidas prestações de contas, (V) avaliação coletiva de suas ações.	-Permanente
	-Orientar-se por um regimento interno, fundamentado no Projeto Político Pedagógico (PPP).	-Permanente
	-Garantir acesso de transporte para inclusão dos atendidos à rede de serviços e execução de Estudos de caso.	-Permanente
	-Manter pessoa de referência na área administrativa que garanta e acompanhe as exigências de habilitação jurídica e técnica (Planos de Trabalho, Prestação de contas, Documentos de habilitação jurídica).	-Permanente
	-Realizar procedimentos administrativos de forma eficaz, para; compra de material/adaptação das unidades, mobiliários, pequenos reparos, habilitação jurídica/prestação de contas, outras.	-Permanente
	-Funcionar em espaço adequado executando as adaptações necessárias, conforme modalidade e diretrizes da política de Acolhimento Institucional e às necessidades do público atendido.	-Permanente
	-Manter interlocução com a Gerência de Proteção Especial (GPES) e Gerência de Abrigamento (GABRI) objetivando a garantia do acompanhamento realizado pelas equipes específicas: Supervisão, SARF e Análise de Estudo de Caso.	-Permanente
	2- Manter e garantir a organização física da entidade/unidade.	
	-Garantir que a unidade de acolhimento institucional preserve uma arquitetura de casa, assemelhando-se a uma residência comum.	-Permanente
	-Garantir banheiros de crianças/adolescentes, separados dos de adultos, mantendo portas ou cortinas que possibilitem o seu uso com privacidade.	-Permanente
	-Garantir que os quartos e demais ambientes sejam decorados envolvendo quando possível a participação das crianças e adolescentes atendendo a personalização do ambiente.	-Permanente
	- Garantir a Segurança no atendimento através de:	-Permanente
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Janelas com grades ou outra forma de proteção. ❖ Instalações elétricas embutidas; ❖ Botijões de gás, produtos de limpeza, medicamentos, removedor e outros produtos tóxicos devidamente armazenados; ❖ Escadas com corrimãos; 	
	-Garantir que as janelas de depósitos de alimentos tenham telas removíveis com fácil higienização.	-Permanente

Luís Moraes

<p>-Garantir que o acesso de crianças e adolescentes à cozinha para realização de atividades no local seja supervisionado de acordo com as orientações da SMASAN.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Manter estrutura e pessoa responsável para recebimento dos gêneros alimentícios fornecidos pela SMASAN</p>	<p>Permanente</p>
<p>3- Manter armário/equipamento/utensílios/vestuário em condições adequadas para o atendimento.</p>	
<p>-Garantir que os quartos possuam armários com espaços individualizados para guardar roupas e objetos de uso pessoal, e que sejam organizados com camas, berços e colchões adequados conforme o número, idade e necessidades do público atendido.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Garantir que os atendidos possuam brinquedos, livros, roupas, calçados, produtos de higiene pessoal, limpeza e outros objetos de uso individual.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Garantir que as roupas sejam adequadas ao clima, e em bom estado de conservação e qualidade.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Garantir móveis e equipamentos eletro-eletrônicos adequados à faixa etária, ao espaço físico à capacidade de atendimento e com qualidade de conservação.</p>	<p>Permanente</p>
<p>- Garantir que a entidade possua utensílios e equipamentos de cozinha, com funcionamento adequado, conforme padrão exigido pela SMASAN.</p>	<p>Permanente</p>
<p>4- Manter e garantir condições adequadas de higiene, nutrição e saúde.</p>	
<p>-Instalar-se em imóvel que possua serviços de infraestrutura básica (esgoto, água potável, coleta de lixo, coleta de material da saúde).</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Garantir o ambiente e as instalações sanitárias ventiladas e higienizadas.</p>	<p>Permanente</p>
<p>- Garantir que os alimentos sejam acondicionados em lugar apropriado para sua conservação e o consumo planejado racionalmente de acordo com o grau de perecibilidade, conforme padrões da SMASAN.</p>	<p>Permanente</p>
<p>5- Manter recursos humanos em condições adequadas ao atendimento.</p>	
<p>-Garantir técnico com formação superior (Assistente Social e Psicólogo) para realização de Estudo de caso e elaboração do PIA, com jornada de 30 horas semanais.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Garantir a coordenação da unidade por técnico com formação superior (Conforme Resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011) e experiência em função congênere, com jornada de 40 horas semanais.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Garantir que o coordenador gerencie o funcionamento da unidade e seja co-responsável pelos estudos de caso e PIA's dos atendidos.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Garantir o quadro de pessoal descrito no campo 4.0, mantendo o número de funcionários e a escolaridade exigidos em cada função.</p>	<p>Permanente</p>
<p>-Realizar a admissão de funcionários após processo de seleção, verificação de perfil adequado, compatibilidade de salário conforme função.</p>	<p>Permanente</p>

Luiz morais

	<p>-Garantir a presença de duplas de educadores/cuidadores em cada turno de trabalho diurno e noturno e auxiliares de educadores/cuidadores diurno.</p> <p>-Garantir que todos os funcionários tenham a situação trabalhista regularizada.</p> <p>-Garantir a todos os funcionários a participação em capacitação inicial e a formação continuada com foco na qualidade do atendimento.</p> <p>-Garantir auxiliar de educador/cuidador/manipulador de alimentos, com perfil compatível para a realização das atividades de: recebimento e conferência de gêneros, produção e distribuição de alimentos.</p>	<p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p>
<p>2 – Garantir os resultados</p>	<p>6- Garantir atendimento personalizado visando à excepcionalidade e a provisoriedade da medida, buscando as articulações interinstitucionais necessárias ao serviço.</p> <p>-Realizar processo de desligamento coerente com a medida de proteção de acolhimento institucional.</p> <p>-Investir em reintegração familiar, garantindo a provisoriedade do acolhimento institucional.</p> <p>-Garantir que o perfil dos atendidos esteja em conformidade com o convênio/plano de trabalho.</p> <p>-Providenciar matrícula escolar dos atendidos e garantir a frequência das mesmas, se for o caso.</p> <p>-Garantir o encaminhamento das crianças e adolescentes para o acompanhamento pelas Equipes de Saúde da Família (ESF).</p> <p>-Providenciar a vacinação e documentos pessoais de todas as crianças/adolescentes.</p> <p>-Encaminhar as crianças/adolescentes para atendimentos especializados, quando necessário.</p> <p>-Garantir o acesso das crianças/adolescentes com deficiência ao atendimento de reabilitação, se for o caso.</p> <p>-Incluir os atendidos em ações relativas a risco e uso de drogas, se for o caso.</p> <p>-Promover a inclusão dos atendidos em serviços de socialização infanto-juvenil.</p> <p>-Promover a inclusão dos atendidos acima de 16 anos em atividades de profissionalização e trabalho protegido.</p> <p>- Promover a inclusão dos atendidos em atividades culturais, recreativas, de lazer e esportes, conforme a faixa etária.</p>	<p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p>
<p>3 - Garantir a elaboração do Projeto Político Pedagógico, do PIA e Estudo de Caso no processo de trabalho.</p>	<p>-Garantir a elaboração do Projeto Político Pedagógico e o seu aperfeiçoamento a cada ano, fazendo as revisões e adaptações necessárias e envolvendo toda equipe na discussão do mesmo.</p> <p>-Elaborar normas, regras de convivência e criar mecanismos para sua prática envolvendo quando possível a participação dos atendidos.</p> <p>-Desenvolver uma proposta educativa coerente com as diretrizes institucionais.</p>	<p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p> <p>-Permanente</p>



Ass. Moraes
monte

-Realizar Estudo de Caso e elaborar relatórios conforme metodologia e prazos estabelecidos.	Permanente
-Levantar informações em relação às crianças/adolescentes e suas famílias, atualizando-as e registrando-as nos prontuários individuais.	Permanente
-Garantir a participação dos educadores no estudo de caso de forma que ofereçam subsídio e ao mesmo tempo estejam informados sobre a situação de vida de cada adolescente na perspectiva de uma melhor atuação.	Permanente
-Enviar cópia de relatórios à SMAAS e participar de reuniões com a equipe de análise de estudo de caso, visando a qualificação e agilização do processo e contribuindo na provisoriedade da medida de acolhimento.	Permanente
-Elaborar e enviar relatórios de estudo de caso aos órgãos encaminhadores conforme prazos estabelecidos.	Permanente
Elaborar e enviar à Vara da Infância e Juventude (VIJ) o Plano Individual de Atendimento de cada criança, conforme as orientações da SMAAS e assessoria das equipes de acompanhamento.	15 dias após a chegada da criança/adolescente
-Atualizar as informações do plano individual de atendimento a fim de subsidiar a elaboração dos relatórios de estudo de caso.	Permanente
-Oferecer informações precisas à Central de Vagas.	Permanente
-Garantir a convivência familiar e comunitária, nos casos autorizados	Permanente
-Utilizar o Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS disponibilizado pela SMAAS, para os registros de atendimento aos usuários.	Permanente
-Proceder à alimentação do SIGPS sistematicamente.	Permanente
-Acompanhar a criança/adolescente após seu desligamento da Unidade de Acolhimento no caso de reintegração/integração.	Até 6 meses após o retorno



Ass. Mariana

4.0 - QUADRO DE PESSOAL (07 A 18) - 15 METAS - MASCULINO E FEMININO - EXCLUSIVAMENTE IRMÃOS

4.1 QUADRO FIXO

4.1.1 - 40 horas

QUANTIDADE	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO
01	Coordenador	Superior e experiência em função congênere (Conforme Resolução CNAS nº17 de 20 de junho de 2011)
01	Auxiliar de educador/cuidador	Nível fundamental capacitação específica e imediatamente após a contratação

4.1.2 - 30 horas

QUANTIDADE	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO
02	Técnico de nível superior com formação	Superior/Serviço Social Superior/Psicologia

4.2 QUADRO EM PLANTÃO PERMANENTE

4.2.1 - 7 dias por semana diurno

QUANTIDADE	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO
02	Educador/Cuidador	Nível médio e capacitação específica e imediatamente após a contratação
01	Auxiliar de Educador/ Cuidador	Nível fundamental e capacitação específica e imediatamente após a contratação
01	Auxiliar de Educador/ Cuidador/ Manipulador de alimentos	Nível fundamental e capacitação específica e imediatamente após a contratação

4.2.2 - 7 dias por semana noturno

QUANTIDADE	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO
02	Educador/Cuidador	Nível médio e capacitação específica e imediatamente após a contratação

Handwritten signatures and a circular official stamp are located at the bottom right of the page.

4.3 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

(Conforme Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. Resolução conjunta nº 01 de 18 de junho de 2009)

Cargo	Atividades
Educador/Cuidador	<ul style="list-style-type: none">• Cuidados básicos com a alimentação, higiene e proteção;• Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);• Auxílio a criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;• Organização de fotografias e registro individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;• Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento;• Apoio na preparação da criança ou adolescente, para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
Auxiliar de Educador/Cuidador	<ul style="list-style-type: none">• Apoio às funções do educador/ cuidador;• Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente);
Auxiliar de educador/cuidador/manipulador de alimentos	<ul style="list-style-type: none">• Cuidados com a cozinha e despensa;• Preparação dos alimentos, dentre outros.




Liss Moraes
monta

5.0 - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

5.1 – Natureza da Despesa	Concedente (a)	Proponente (b)	Total (a+b)
Atendimento de até 15 crianças/adolescentes.			
ROT: R\$699.840,00 24 parcelas de R\$29.160,00			
FNAS: R\$179.636,40 24 parcelas de R\$7.484,85	ROT R\$699.840,00	R\$8.883,60 ¹	R\$888.360,00
<ul style="list-style-type: none"> • Despesas com pessoal e encargos; • Vale transporte, vale social; • Serviços de terceiros; • Alimentação complementar; • Combustível; • Despesas com eventos, passeios, seminários, palestras, comemorações e espaço físico com autorização prévia; • Despesas com exames admissionais, demissionais e periódicos; • Despesas com recarga de extintor de incêndio; • Despesas com serviço de segurança e vigilância; • Locação de equipamentos e mobiliário; • Locação de espaço físico; • Material de consumo, escritório, informática, didáticos, pedagógicos, limpeza, higiene, áudio, vídeo, foto, esporte, lazer, cama, mesa, banho, copa, cozinha, vestuário; • Material e serviços de manutenção de equipamentos e mobiliários; • Material e serviços de pequenos reparos; • Medicamentos com receita médica; • Serviços contábeis; • Serviços de utilidade pública (água, luz, telefone fixo, telefone móvel até R\$200,00/Mês, internet, gás); • Transporte (locação de ônibus, taxi e vans); • Despesas bancárias. 	FNAS R\$179.636,40		
Total Geral	*R\$879.476,40	** R\$8.883,60	R\$888.360,00

(*) A utilização desse recurso financeiro, deverá ser feita de acordo com o Manual de Orientações da Política de Conveniamento e Prestação de Contas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social.

(**) O recurso da contrapartida será não financeiro, auferido através de bens, serviços e despesas complementares.

¹ Corresponde a 1% de contrapartida

Ass. Moura
mesa

6.0 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / SMAAS

1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	6ª Parcela
ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00
FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85
7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00
FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85
13ª Parcela	14ª Parcela	15ª Parcela	16ª Parcela	17ª Parcela	18ª Parcela
ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00
FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85
19ª Parcela	20ª Parcela	21ª Parcela	22ª Parcela	23ª Parcela	24ª Parcela
ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00	ROT R\$29.160,00
FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85	FNAS R\$7.484,85

6.2 – PROPONENTE: ASSEP – Associação Estância Paraíso

1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	6ª Parcela
R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15
7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15
13ª Parcela	14ª Parcela	15ª Parcela	16ª Parcela	17ª Parcela	18ª Parcela
R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15
19ª Parcela	20ª Parcela	21ª Parcela	22ª Parcela	23ª Parcela	24ª Parcela
R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15	R\$370,15

Belo Horizonte, 23 de setembro de 20 14.

Ezequiel A. P. Rodrigues
Nome/Assinatura do Proponente

Conferido e Aprovado

Belo Horizonte, 24 de setembro de 20 14.

Lissa Moraes Torres / 107.307.7

marcelo
Nome/Razão Social - 911.105.917-2
Gerente de Coord. Modulos Cap. G3 Proteção
GECMEPOM/AS

Nome/Assinatura do Técnico Responsável/BM

